

PORTUGAL DIPLOMÁTICO



**Tomada de posse do XXIV Governo
Constitucional**

**Celebrações dos 50 anos do 25 de
Abril**

Entrevista a José Lúcio

1ª EDIÇÃO
Abril 2024



0 35545 62336 78 1

Índice

Nota prévia da
1ª edição

Pág. 2

Pág. 4

Acontecimentos
do mês

Entrevista a José
Lúcio

Pág. 21

Pág. 26

Notícias
Internacionais

Nota Prévia da Iª Edição do Portugal Diplomático

A Iª edição do Portugal Diplomático não podia ter sido publicada num melhor mês possível. Neste mês de abril celebrámos dois grandes momentos: os 50 anos do 25 de abril e os 75 anos da NATO. Celebrámos 50 anos da democracia portuguesa e 75 anos de cooperação em termos de defesa e segurança europeia. Em todas estas comemorações, a diplomacia e a política externa de Portugal ocuparam uma posição de destaque. Com o 25 de abril, uma nova era da diplomacia portuguesa iniciou-se, com a (re)definição dos novos eixos da política externa portuguesa: o Atlântico, a Europa e a Lusofonia. Como membro fundador da NATO, Portugal contribuiu desde 1949 para a segurança da Europa e dos seus valores. Ao longo destes 75 anos, Portugal foi sempre um membro essencial da organização, derivado da sua localização geográfica estratégica, que permite o reforço das relações com os Estados Unidos.

A diplomacia e a política externa portuguesa são dois temas pouco debatidos e discutidos na sociedade civil, principalmente quando se trata da relação destes com os jovens. O primeiro objetivo deste jornal digital é precisamente promover a literacia no que diz respeito a ambos os temas, acrescentando as questões de defesa nacional, através da publicação mensal de notícias e artigos, bem como através de entrevistas a especialistas na área. O segundo objetivo é criar uma ponte entre a diplomacia e política externa portuguesa e a sociedade civil, particularmente os jovens, tendo sempre em mente o fomento do interesse, da curiosidade e do envolvimento dos jovens e dos restantes cidadãos no que toca a todos estes pontos.

Acontecimentos do mês



Tomada de posse do XXIV Governo Constitucional

No dia 2 de abril decorreu a tomada de posse do XXIV Governo Constitucional, liderado pelo primeiro-ministro Luís Montenegro. Este novo governo traz consigo várias mudanças, a começar por mudanças ministeriais. O novo ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros será o ex-eurodeputado Paulo Rangel e à frente do Ministério da Defesa Nacional estará o presidente do CDS, Nuno Melo.



Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel (foto: PSD)



Ministro da Defesa Nacional, Nuno Melo (foto: Governo)

Os novos ministros

O novo ministro dos Negócios Estrangeiros iniciou a sua carreira política em 2004 ao integrar o XVI Governo Constitucional, assumindo o cargo de Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça. No ano seguinte foi eleito deputado à Assembleia da República e em 2008 assumiu a presidência do Grupo Parlamentar do PSD. Em 2009 inicia o seu percurso como eurodeputado ao vencer as eleições europeias como cabeça de lista. Nas eleições europeias de 2014 volta a ser eleito e no ano seguinte foi eleito vice-presidente do PPE. No Parlamento Europeu foi presidente da Delegação para as Relações com a República Federativa do Brasil (2014-2017) e integrou a Comissão para as Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos e a Comissão dos Assuntos Constitucionais. Em 2022 foi eleito tesoureiro de PPE.

Nuno Melo foi eleito deputado à Assembleia da República pela primeira vez em 1999 e foi deputado nas duas legislaturas seguintes, em 2002 e 2005. Em 2009 foi cabeça-de-lista pelo CDS nas eleições europeias. Foi vice-presidente da Delegação para as relações com os Países do Mercosul (2009-2014) e membro na Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, na Delegação para as relações com a República Federativa do Brasil e na Delegação à Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana. Mais recentemente foi eleito presidente do CDS-PP.

Mudanças ministeriais

Uma das principais mudanças na orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros é o regresso da tutela da pasta dos Assuntos Europeus, que no anterior governo estava sob a tutela do primeiro-ministro e que agora regressa ao MNE. Uma outra mudança relacionada com os assuntos europeus no governo é a pasta dos fundos europeus. Enquanto que no anterior executivo a sua gestão estava dividida entre a Presidência do Conselho de Ministros e o Ministério da Coesão Territorial, nesta nova legislatura a pasta fica a cargo somente do Ministério da Coesão Territorial, liderado pelo ministro Manuel Castro Almeida.



Ministro da Coesão Territorial, Manuel Castro Almeida

As secretarias de Estado também foram alvo de remodelações, com a Secretaria de Estado da Internacionalização a deixar de fazer parte da estrutura do MNE. Apesar disso, o número de secretarias permanece igual. Ao todo, o MNE é constituído por três secretarias: a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, a Secretaria de Estado das Comunidades e a Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus.

A política externa e a defesa no programa do governo

O programa do Governo, apresentado dia 10, apresenta diversas propostas relativas à política externa, à defesa nacional e aos fundos comunitários. Em termos de política externa, o Governo delineou as suas metas a nível global, europeu e Atlântico. Entre outras medidas, o Governo pretende promover a candidatura de Portugal para o Conselho de Segurança das Nações Unidas no biénio 2027-2028, completar e concluir os pilares da União Económica e Monetária, em particular com a criação de um sistema de garantia de depósitos no âmbito da União Bancária e a União do mercado de capitais e promover a importância da NATO. O programa também apresenta os seus objetivos e prioridades relativamente às Comunidades Portuguesas e à Lusofonia, respetivamente. Entre os objetivos encontram-se a promoção do alargamento do prazo de validade do Passaporte Eletrónico Português para 10 anos ou a aposta no desenvolvimento da rede de Gabinetes de Apoio ao Emigrante. Quanto à Lusofonia, algumas das prioridades englobam o fomento de parcerias económicas e comerciais entre os países lusófonos ou o estabelecimento de redes de cooperação entre instituições académicas, culturais e empresariais dos países da CPLP. No que toca à defesa, o Governo pretende garantir Forças Armadas capacitadas através de uma série de medidas, como encetar um processo de negociação para a melhoria significativa das condições salariais, o estudo de formas de recrutamento voluntário, a adoção de um novo conceito estratégico de Defesa Nacional e interligações possíveis ao conceito estratégico da NATO e à bússola estratégica da UE ou o reforço da participação em missões internacionais com Forças Nacionais Destacadas (FND) e Elementos Nacionais Destacados, no

âmbito das organizações internacionais NATO, ONU e UE. Os fundos europeus também são uma preocupação do novo executivo, que pretende adotar diversas medidas que vão desde o reforço dos meios de fiscalização e mecanismos de controlo da correta aplicação dos fundos europeus à criação de programas formativos para gestores nacionais, através de parcerias com as escolas de negócios nacionais.

No dia 12, o encerramento do debate parlamentar sobre o programa parlamentar coube ao ministro dos Negócios Estrangeiros, que aproveitou parte da sua intervenção para salientar o estado da situação internacional, considerando-a “a mais incerta e difícil desde a Segunda Guerra Mundial”, devido à invasão da Ucrânia, o conflito no Médio Oriente e o terrorismo fundamentalista no Sahel. O ministro destacou ainda o apoio às Forças Armadas e o sentido de missão da diplomacia portuguesa.



Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros no debate do programa do Governo (foto: Sapo)

Continuidade no apoio à Ucrânia

No dia seguinte ao da tomada de posse, o primeiro-ministro também realizou uma chamada telefónica com Volodymyr Zelensky, na qual garantiu o apoio militar e económico ao presidente ucraniano. Desta forma o novo executivo mantém a posição adotada pelo antigo Governo desde o início da invasão, assegurando ainda o apoio político e humanitário ao país. O presidente ucraniano afirmou que "a implementação de acordos de defesa anteriores" foi também um dos tópicos debatidos e que para isso "instruímos as equipas a começarem a trabalhar na preparação de um acordo bilateral de segurança no âmbito da Declaração do G7. Também coordenamos futuros contatos conjuntos".



O primeiro -ministro, Luís Montenegro, ao telefone com Volodymyr Zelensky (fonte: Lusa)

Comemorações dos 75 anos da NATO

A 4 de abril de 1949 era assinado o Tratado do Atlântico Norte, criando assim a Organização do Tratado do Atlântico Norte. 75 anos depois o bloco militar permanece em vigor e a ocasião foi comemorada nos dias 3 e 4 deste mês, onde também esteve presente o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

O primeiro dia de atividades iniciou-se com uma declaração do Secretário-Geral da NATO, Jens Stoltenberg, que salientou, uma vez mais, a situação na Ucrânia e a continuidade do apoio militar e económico. “Qualquer atraso na prestação de apoio tem consequências no campo de batalha neste preciso momento”, afirmou Stoltenberg, acrescentado que a “Ucrânia vai tornar-se membro da NATO. É uma questão de quando, não de se”.



Foto oficial dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO (foto: NATO)

Esta foi a primeira reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros em que o novo ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, participou. Na reunião foi discutida a preparação da Cimeira de Washington, que se realizará em julho, o ponto de situação na Ucrânia e o apoio à mesma, a política de vizinhança do Sul e um acordo sobre Mulheres, Paz e Segurança. Esta foi também a primeira reunião em que a Suécia participou como aliado de pleno direito.

No segundo dia decorreram as celebrações do 75º aniversário da NATO que começaram de manhã com uma cerimónia de colocação de coroas de flores pelo Secretário-Geral da NATO e pelo Presidente do Comité Militar. De seguida, as celebrações continuaram na Agora com os discursos do Secretário-Geral da NATO, do Presidente do Comité Militar e dos ministros dos Negócios Estrangeiros da Albânia, Bulgária, Croácia, República Checa, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, Roménia, Eslováquia, Eslovénia e Bélgica.



Cerimónia de colocação de coroas de flores (foto: NATO)



Celebrações na Agora (foto: NATO)

Stoltenberg iniciou o seu discurso com uma breve resenha da história da aliança, realçando que “no início, nós tínhamos 12 membros. Hoje somos 32” e que por isso “devemos estar a fazer algo bem”. No seu discurso referiu que “este ano, a maioria dos aliados da NATO vai investir, pelo menos, 2% do seu PIB em defesa” e que “através da NATO, os Estados Unidos têm mais amigos e mais aliados do que qualquer outra grande potência”.

Após as celebrações, os ministros dos Negócios Estrangeiros reuniram-se numa reunião NATO-Ucrânia, que contou com a participação de Dmytro Kuleba, ministro dos Negócios Estrangeiros ucraniano, para discutir a situação do conflito entre a Rússia e a Ucrânia. De seguida, realizou-se a reunião entre o Conselho do Atlântico Norte com os parceiros do Indo-pacífico, nomeadamente a Austrália, a Nova Zelândia, o Japão e a Coreia do Sul, e o Alto Representante da UE para a Política Externa e de Segurança. Na agenda desta reunião esteve a discussão de formas de cooperação entre a aliança e os seus parceiros, em termos de cibersegurança e de ameaças híbridas, bem como o apoio à Ucrânia.



NATO e os parceiros do Indo-pacífico (foto: NATO)

Foro La Toja

No passado dia 9 de abril realizou-se a edição do ano de 2024 do Foro La Toja - Vínculo Atlântico na Fundação Calouste Gulbenkian, onde participaram diversas personalidades do mundo da política, da economia e da sociedade portuguesa e espanhola para debater e pensar sobre as relações entre os dois países.

O evento surgiu pela primeira vez em 2019 em Espanha, com o objetivo principal de possibilitar um espaço de reflexão e debate dentro da sociedade civil sobre os desafios atuais e futuros do próprio país, da Europa e do eixo atlântico. Em 2023, a iniciativa realizou-se pela primeira vez em Lisboa e em 2024 ocorreu a segunda edição na capital portuguesa.

A edição deste ano foi dedicada a três temas principais: 5 décadas de progresso, cidades na vanguarda da transformação social e 5 décadas de democracia: o passado e os desafios futuros. Na primeira mesa redonda participaram Antón Costas, presidente do Conselho Económico e Social de Espanha, António Costa Pinto, professor, historiador e investigador e ainda Augusto Santos Silva, ex-presidente da Assembleia da República. Na segunda mesa redonda entrevistaram Carlos Moedas, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Rui Moreira, presidente da Câmara Municipal do Porto e Jaume Collboni, alcalde de Barcelona. Na última mesa redonda, Felipe González, antigo presidente do Governo espanhol (1982-1996),

Mariano Rajoy, antigo presidente do Governo espanhol (2011-2018), Francisco Pinto Balsemão, antigo primeiro-ministro de Portugal (1981-1983) e António Costa, ex-primeiro-ministro de Portugal (2015-2024) reuniram-se para debater a história e futuro das democracias de ambos os países.



Mesa redonda: 5 décadas de democracia: o passado e os desafios do futuro (foto: Foro La Toja)

A sessão de abertura ficou marcada pelas intervenções de Juan Fernández Trigo, embaixador de Espanha em Portugal, Amancio López Seijas, presidente do Grupo Hotesa, Paulo Rangel, atual ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa (através de uma mensagem em vídeo).



Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, na abertura do encontro (foto: Foro La Toja)

Homenagem a Aristides de Sousa Mendes em Nova Iorque

No dia 9 de abril também foi celebrada uma dupla homenagem a Aristides de Sousa Mendes e a Luiz Martins de Souza Dantas na Igreja Eslovena de São Cirilo, em Manhattan. A data assinalou os 70 anos da morte dos dois embaixadores e contou com a presença do observador permanente da Santa Sé da ONU, o arcebispo Gabriele Giordano Caccia, a representante permanente de Portugal junto das Nações Unidas, Ana Paula Zacarias, a representante da Embaixada de Portugal em Washington, Sandra Mendonça, o presidente da Câmara de Mineola, Paulo Pereira e vários membros e representantes das comunidades luso-americanas.



Vilma Kracun, João Crisóstomo, Pe. Krisolog, embaixadora Ana Paula Zacarias e o observador permanente da Santa Sé junto da ONU (foto: Lusoamericano)

A iniciativa, organizada por João Crisóstomo, contou com uma missa católica presidida pelo arcebispo Gabriele Giordano Caccia (observador permanente da Santa Sé da ONU) e a visualização do filme "O Cônsul de Bordéus", que emocionou muitos dos presentes na homenagem. "Na minha opinião, e pelos comentários que ouvi, o evento foi muito bom. Acredito que o disseram com sinceridade, pela firmeza e convicção com que exprimiam os seus comentários e opiniões. Acabada a projeção do filme 'O Cônsul de Bordéus', isso era evidente pela emoção de uns e por algumas lágrimas de outros que não as conseguiam disfarçar", contou Crisóstomo.

O organizador do evento explicou que o motivo de juntar Sousa Mendes e Souza Dantas na mesma celebração partiu das similaridades entre ambos: "Ambos de língua portuguesa, ambos diplomatas, encontravam-se ambos em França no início da Segunda Guerra Mundial, ambos resolveram desobedecer às diretrizes dos seus Governos e deram vistos aos refugiados que desesperados os procuravam para fugir aos nazis e campos de concentração onde a maioria acabava asfixiada e logo incinerada".

"Mais tarde ambos foram condenados em tribunais pelo que fizeram. E, nas suas defesas, em anos e locais diferentes, sem saberem um do outro, ambos declararam ter agido assim porque assim lhes mandava a sua consciência de cristãos. Os dois vieram a ser reconhecidos e honrados pelo Yad Vashem (memorial oficial de Israel às vítimas do Holocausto). E, como que com carimbo de comum destino, vieram a morrer no mesmo mês e no mesmo ano, a escassos dias um do outro: Aristides a 3 de abril e Souza Dantas a 16 de abril de 1954. Portanto, fazia sentido falar dos dois", explicou João Crisóstomo.

Cargueiro português apreendido pelo Irão

No passado dia 13, ocorreu um dos momentos de maior tensão diplomática entre Portugal e o Irão, devido à apreensão de um navio cargueiro de bandeira portuguesa no Estreito de Ormuz por parte da Guarda Revolucionária Iraniana. O cargueiro MSC Aries estava registado na empresa Zodiac Maritime Limited, pertencente ao bilionário israelita Eyal Ofer, com “pavilhão” português. Apesar disso, não houve registo de cidadãos portugueses a bordo, seja tripulação ou comando, sendo que a maioria dos 25 tripulantes eram de cidadania paquistanesa e indiana. Atualmente, os tripulantes já estão em liberdade. Segundo as autoridades iranianas, por detrás da apreensão do navio, estavam “questões técnicas”.



Navio MSC Aries (foto: Jornal de Notícias)

Ainda no dia 13, o Irão também realizou um ataque direto com centenas de drones e mísseis ao território israelita, como retaliação pelo ataque de Israel ao consulado iraniano em Damasco, onde um general da Força Quds, o braço paramilitar de elite da Guarda Revolucionária, foi morto.

Dias depois, o embaixador da República Islâmica do Irão em Portugal, Seyed Majid Tafreshi, foi chamado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde se reuniu com o diretor-geral de Política Externa. Na reunião foi reiterada “de forma veemente e categórica a condenação do recente ataque realizado contra o Estado de Israel”, segundo um comunicado do ministério, bem como foi renovada “a exigência da libertação imediata do navio MSC Aries”.

Primeira visita de Estado do Primeiro-ministro

Espanha foi o destino de Montenegro para a sua primeira visita de Estado oficial desde que tomou posse como primeiro-ministro. No dia 15, Madrid foi o palco de encontro entre os chefes de Estado, em que foram discutidos diversos assuntos, entre eles as relações bilaterais entre os dois países, a questão da Palestina, a União Europeia e a guerra na Ucrânia.

"Não há diferenças partidárias que possam colocar em crise um segundo ou um milímetro a relação que aprofundamos há séculos em benefício das pessoas", disse Luís Montenegro, na sua visita à Moncloa. "A notícia de hoje é que as nossas boas relações bilaterais vão continuar a estreitar-se. Os nossos governos continuarão a trabalhar em benefício dos portugueses e dos espanhóis. E vamos continuar a



O primeiro-ministro, Luís Montenegro, e o presidente do Governo espanhol, Pedro Sánchez (foto: Notícias ao Minuto)

impulsionar uma Europa que tem de ser mais competitiva, resiliente e, sobretudo, e sublinho, mais social. E fazê-lo, em definitivo, juntos", afirmou, por seu lado, Pedro Sánchez, que garantiu que Montenegro "pode contar com um país irmão, amigo e aliado" em Espanha.

No que toca ao reconhecimento do Estado da Palestina, os dois mostraram visões contrárias, com Sánchez a defender esse reconhecimento já no primeiro semestre de 2024 (tendo conseguido já o apoio da Irlanda, Noruega, Eslovénia e Bélgica), enquanto que Montenegro afirma que "não vamos tão longe ainda como outros governos no que diz respeito ao reconhecimento do Estado da Palestina, porque sustentamos que esse entendimento deve ser construído numa base multilateral, no seio da União Europeia e no seio das Nações Unidas". Ainda no plano internacional, a guerra da Ucrânia foi um ponto de sintonia entre os dois, com Luís Montenegro a dizer que "Portugal e Espanha sempre se mantiveram na primeira linha da defesa de valores como a legalidade, a paz e dos direitos humanos".

Deste encontro também saíram decisões como a construção das duas pontes de Alcoutim e Nisa e as ligações de Puebla de Sanabria e Zamora e a conclusão dos projetos ferroviários de passageiros e mercadorias, bem como a aposta na organização conjunta do Campeonato Mundial de Futebol em 2030.

Reunião Informal dos Ministros da Energia da UE



Reunião dos ministros da energia da UE (foto: Presidência belga do Conselho da União Europeia)

ropeia bem coordenada e integrada” e “Financiamento e redução do risco de investimentos em infraestrutura energéticas transfronteiriças”, respetivamente. O encontro também contou com um almoço de trabalho dedicado “Assegurar a resiliência da nossa infraestrutura energética”.

Entre os dias 15 e 16, realizou-se a primeira reunião informal dos ministros da energia da UE em que participou a nova ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho. A agenda do dia esteve dividida em duas sessões dedicadas aos temas “Em direção a uma rede de eletricidade eu-

Reunião entre o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Guiné-Bissau

No dia 16, o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, reuniu-se com o seu homólogo da Guiné-Bissau, Carlos Pinto Pereira. Nesta reunião foram reforçadas as relações bilaterais entre os dois Estados, bem como assegurada a vontade de manter uma política de cooperação com a Guiné-Bissau. No mesmo dia, o Ministro ainda tomou parte numa conversa telefónica com o ministro das Relações Exteriores de Angola, embaixador Tété António, onde falaram sobre as relações entre ambos os países tanto a nível bilateral, como no âmbito da CPLP.



O ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, com o seu homólogo da Guiné-Bissau, Carlos Pinto Pereira (foto: Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Reunião Informal dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da UE

Após o ataque do Irão a Israel, os ministros dos Negócios Estrangeiros da UE realizaram uma videoconferência para discutir os desenvolvimentos no Médio Oriente. Nesta reunião informal, participou o ministro de Estado e Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, bem como o Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrell. “Hoje, os ministros assumiram uma posição



O Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Defesa da UE, Josep Borrell (foto: União Europeia)

firme, pedindo a todos os intervenientes na região para que se afastassem do abismo, a fim de não caírem nele”, afirmou Josep Borrell, que expressou também na sua declaração oficial que “a UE condena com a maior veemência os ataques com mísseis e drones que o Irão lançou contra Israel”, tratando-se “de uma escalada sem precedentes e de uma ameaça para a segurança regional”.

Primeiro-ministro na Reunião Extraordinária do Conselho Europeu



O Primeiro-ministro, Luís Montenegro, e o Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel (foto: Diário de Notícias)

acrescentando que pretende “ter uma Europa forte no mundo e um Portugal forte na Europa”. Os dois grandes temas desta reunião extraordinária foram a competitividade e a política externa europeias. Quanto ao primeiro, foram debatidas questões como o caminho a seguir para um novo pacto europeu para a competitividade europeia, o Mercado Único ou a União dos Mercados de Capitais. No que toca ao segundo, foram discutidos o apoio à Ucrânia nas suas várias vertentes, a situação no Médio Oriente e as relações com a Turquia (nomeadamente no que toca à resolução da questão cipriota).

Portugal na Biennale di Venezia



A Ministra da Cultura, o Primeiro-ministro de Timor-Leste, o Diretor-Geral das Artes, o Embaixador de Portugal em Itália e as organizadoras da exposição de Portugal na Bienal de Veneza (foto: Direção-Geral das Artes)

afrodescendentes. “Greenhouse” é um projeto que pretende relembrar a escravatura e o processo de descolonização, com destaque para a figura de Amílcar Cabral, através de um “Jardim Crioulo”. A ministra também visitou o Pavilhão do Vaticano, acompanhada pelo Cardeal José Tolentino Mendonça e pelo embaixador de Portugal em Roma, Bernardo Futscher Pereira.

“Greenhouse” é o título da exposição inaugurada no Pavilhão de Portugal na 60ª Exposição Internacional de Arte - Bienal de Arte de Veneza. A inauguração, que teve lugar no Palácio Franchetti (o Pavilhão Português), no dia 19, contou com a presença da ministra da Cultura, Dalila Rodrigues, do diretor-geral das Artes, Américo Rodrigues, do embaixador de Portugal em Roma, Bernardo Futscher Pereira, e do primeiro-ministro de Timor-Leste, Xanana Gusmão. Sob o mote da Bienal, “Estrangeiros em Todo o Lado”, o projeto português foi concebido por Mónica de Miranda, Sónia Vaz Borges e Vânia Gala, sendo esta a primeira vez que o pavilhão é organizado por três mulheres

Visita de Estado de Luís Montenegro a Cabo Verde

Na sua segunda visita de Estado oficial desde que tomou posse, o primeiro-ministro viajou para fora da Europa, mais precisamente a Cabo Verde. No primeiro dia da visita (20 de abril), Luís Montenegro encontrou-se com o seu homólogo, Ulisses Correia e Silva, com o Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, Austelino Tavares Correia, e



O Primeiro-ministro português e o Primeiro-ministro cabo-verdiano (foto: SIC Notícias)

com o Presidente da República de Cabo Verde, José Maria das Neves. Ainda no primeiro dia, o primeiro-ministro visitou o Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial, o parque solar de Palmarejo, o Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação e o parque tecnológico da Achada Grande. No dia seguinte, Luís Montenegro visitou o Sítio Histórico da Cidade Velha, na Ribeira Grande, terminando a sua visita de Estado com um encontro com elementos da comunidade portuguesa e cabo-verdiana nos domínios da cultura e da economia.

Conselho dos Negócios Estrangeiros da UE

No dia 22 de abril, Paulo Rangel participou no seu primeiro Conselho de Negócios Estrangeiros, que se realizou no Luxemburgo, desde que tomou posse como ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros. Para além dos restantes ministros dos Negócios Estrangeiros da UE, também participaram os ministros da Defesa da UE (no caso de Portugal, foi a Secretária de Estado da Defesa, Ana Isabel Xavier) e os ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa da Ucrânia, Dmytro Kuleba e Rustem Umerov, respetivamente, por videoconferência. Neste conselho, foi abordada a agressão da Rússia contra a Ucrânia, a situação no Médio Oriente e a Guerra Civil do Sudão.

No início da reunião, Dmytro Kuleba e Rustem Umerov relataram os mais recentes desenvolvimentos no terreno e as atuais prioridades da Ucrânia. O Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrell, afirmou que “há um claro sentido de urgência para que a União Europeia e todos os aliados da Ucrânia tomem medidas”, acrescentando que “a forma mais importante de tomar medidas é fornecendo baterias de defesa aérea e munições para essas baterias”.

Relativamente à situação no Médio Oriente, foi discutido o ataque direto do Irão a Israel no passado dia 13. Como consequência desse mesmo ataque, os ministros chegaram a um acordo para o alargamento das sanções ao Irão relativas ao fabrico de drones e mísseis balísticos em três parâmetros. “Em primeiro lugar, alargar e expandir o atual regime de medidas restritivas relacionadas com os drones, a fim de impor ao Irão sanções que abranjam os mísseis e as suas potenciais transferências para a Rússia”, tal como afirmou Josep Borrell. “Em segundo lugar, alargar a área geográfica abrangida por este quadro de modo a incluir as entregas de drones e mísseis não só à Rússia, mas a toda a região do Médio Oriente e do Mar Vermelho, e, em terceiro lugar, alargar a lista de componentes de drones proibidos.” Sobre este acordo e a situação na região, o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros disse que “de facto, há um consenso muito grande no sentido de tentar baixar a tensão o mais possível, fazer todos os esforços, ao nível bilateral e ao nível da União Europeia para conseguir isso”.



O ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel no Conselho dos Negócios Estrangeiros da UE (foto: Diário de Notícias)

Quanto à Guerra Civil do Sudão, o enviado pessoal do Secretário-Geral da ONU para o país, Ramtane Lamamra, também participou por videoconferência no início da reunião, de forma a poder dar conta do ponto de situação do conflito. Recordando que no dia 15 deste mês, França, Alemanha e UE realizaram, em Paris, a Conferência Humanitária Internacional para o Sudão e os Países Vizinhos, data que também marcou o primeiro ano desde o início do conflito.

Outros dos tópicos abordados no Conselho foram as relações com a Geórgia, mais concretamente a nova lei relativa à transparência da influência estrangeira, o Código de Conduta de Código do Djibouti/ Acordo de Jeddah, ao qual o Conselho aceitou formalmente o convite para fazer parte do mesmo, e a aprovação da celebração do Acordo de Parceria Estratégica UE-Japão.

Conferência dos Presidentes dos Parlamntos da UE



O presidente da Assembleia da República, José Aguiar Branco (foto: Presidência espanhola do Conselho da União Europeia)

No passado dia 23, terminou a Conferência dos Presidentes dos Parlamntos da União Europeia (CPUE). O evento, que se iniciou dia 21, teve lugar em Palma de Maiorca e contou com a presença da presidente do Parlamento Europeu e os presidentes dos parlamntos dos países candidatos à adesão da UE e dos próprios países da UE, onde Portugal esteve representado por José Aguiar Branco.

A CPUE é um fórum anual que promove a troca conjunta de opiniões, informações e experiências entre os parlamntos europeus, promovendo o papel dos parlamntos, apoiando a sua cooperação e supervisionando a coordenação das atividades interparlamentares da UE.

Na edição deste, o primeiro dia foi marcado pela inauguração da Cimeira das mulheres presidentes dos parlamntos, onde se discutiu a questão da liderança feminina. No segundo dia destacou-se a sessão sobre “A autonomia estratégica da União Europeia diante dos novos desafios para as democracias liberais em tempos de redes sociais e inteligência artificial y em matéria de política externa e de defesa: a invasão ilegal da Rússia contra a Ucrânia e o conflito no Médio Oriente”. Por fim, o último dia foi dedicado à sessão “O fortalecimento da União Europeia desde uma perspetiva económica e social: as novas regras fiscais da União Europeia e o reforço da União Económica e Monetária no contexto da futura ampliação, dos direitos sociais e dos desafios do meio ambiente e das alterações climáticas”.

Celebrações dos 50 anos do 25 de abril

Este mês de abril também ficou marcado pelas celebrações dos 50 anos da Revolução dos Cravos, quer tenha sido a nível nacional, quer tenha sido através das nossas representações diplomáticas e consulares no estrangeiro.

Bélgica (Bruxelas)

As celebrações organizadas pela embaixada de Portugal na Bélgica decorreram ao longo de todo o mês e contaram com diversas atividades, desde concertos a um ciclo de cinema. No dia 10 realizou-se um concerto em homenagem à efeméride, onde os músicos Elsa de Lacerda e Nathanaël Gouin mostraram as suas reinterpretações de músicas de intervenção, não só portuguesas, mas também de outros países. Este evento teve o apoio da Cidade de Bruxelas. No dia seguinte iniciou-se o ciclo de cinema documental com a projeção do filme “48” de Susana Sousa Dias e que terminou a 30 de abril com o filme “Operação Angola” de Diana Andringa. No dia 18, foi inaugurada a exposição “A Revolução dos Cravos vista da Bélgica”. Foi ainda realizada a conferência “Resistência Contada e Cantada”, no dia 23, pelo Centro de Língua Portuguesa Camões IP - Bruxelas e pela Associação AJA (Associação José Afonso).



Nathanaël Gouin e Elsa de Lacerda (foto: Embaixada de Portugal na Bélgica)



Exposição “50 PASSOS PARA A LIBERDADE: Portugal, da ditadura ao 25 de abril” (foto: Embaixada de Portugal na República Checa)

República Checa (Praga)

Na capital da República Checa, a data foi comemorada essencialmente através da abertura da exposição “50 PASSOS PARA A LIBERDADE: Portugal, da ditadura ao 25 de abril”, que estará disponível para visita até ao dia 4 de maio no Instituto Cervantes de Praga.

Itália (Roma)

Em Roma, o 25 de abril foi comemorado em colaboração com os departamentos de português das universidades “G. D’annunzio” de Chieti-Pescara e de Parma que organizaram o evento “Vozes, mão e corpo feminino na literatura portuguesa: preparando o 25 de abril” e a jornada de estudo Reflexos: a revolução portuguesa vista pelos outros, respetivamente.

Espanha (Barcelona)

A Revolução dos Cravos também foi comemorada no país vizinho. O consulado geral de Portugal em Barcelona organizou uma série de eventos, sendo que o primeiro foi a realização do espetáculo musical “El poble és qui mana” no Teatro Joventut de L’Hospitalet Llobregat, no dia 13. Nos dias 24, 25 e 26, foram realizadas diversas conferências em colaboração com o Centro de Língua Portuguesa em Barcelona sobre várias temáticas relacionadas com o 25 de abril, desde conversas com testemunhas a debates sobre o seu futuro.

Estados Unidos da América (Washington e Boston)

Do outro lado do Atlântico, nos EUA as comemorações realizaram-se em duas cidades, Washington e Boston. Enquanto que em Washington foi realizado um ciclo de cinema na embaixada de Portugal nos EUA, que começou com a projeção do filme “Guerra ou Paz” de Rui Simões a 2 de abril e terminou dia 30 com o filme “Outro País” de Sérgio Tréfaut, em Boston o Consulado Geral e a Portuguese American Post Graduate Society (PAPS) organizaram um jantar comemorativo. O consulado geral, em colaboração com o Minda de Gunzburg Center for European Studies Harvard, também realizou na Universidade de Harvard a conferência “The Carnation Revolution: Assessing 50 Years of Democracy in Portugal”, com os oradores António Costa Pinto, Lúcio Vinhas de Sousa e Daniela Melo e o moderador Daniel Ziblatt.

Brasil (São Paulo)

Ainda no continente americano, o Brasil foi dos outros países que celebrou os 50 anos do 25 de abril. O consulado geral de Portugal em São Paulo, em colaboração com a Cátedra José Bonifácio da Universidade de São Paulo, realizou o seu primeiro evento ainda no mês passado com um seminário intitulado “50 Anos da Revolução dos Cravos em Portugal”, onde foram debatidos temas como os valores originados pela revolução, o seu impacto a nível internacional ou a geopolítica e diplomacia portuguesa. No mês de abril, decorreu o Congresso Internacional Portugal da ditadura à democracia: História, cultura e memória, que abordou questões desde a caracterização e análise do regime do Estado Novo à descolonização, sem esquecendo as relações entre Portugal e o Brasil tanto a nível político como cultural.

Portugal

A nível nacional as comemorações contaram com a presença dos chefes de Estado dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e de Timor-Leste, que participaram numa sessão evocativa do 50.º aniversário do 25 de abril. Esta sessão, que decorreu no Centro Cultural de Belém, ficou marcada pelos discursos dos vários chefes de Estado das antigas colónias portuguesas que obtiveram a sua independência após a Revolução dos Cravos. O Brasil também esteve presente, tendo sido representado pelo Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira.

Nas suas intervenções, o Presidente da República de Angola, João Lourenço, o Presidente da República de Cabo Verde, José Maria Neves, o Presidente da República da Guiné-Bissau, Umaro Sissoco Embaló, o Presidente da República de Moçambique, Filipe Nyusi, o Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Carlos Vila Nova, o Presidente da República Democrática de Timor-Leste, José Ramos-Horta, realçaram a Guerra Colonial, a importância do 25 de abril para o término desta e consequente independência dos seus respetivos países, a questão da instauração e consolidação da democracia em Portugal e nos PALOP, os desafios que a democracia enfrenta atualmente e ainda as relações e cooperação entre todos os países, com especial destaque para os PALOP e a CPLP. O presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, encerrou a sessão evocativa afirmando que “do passado livre dos últimos 50 anos retiramos a inspiração para irmos mais longe na afirmação da força do nosso futuro, na língua, na cultura, na ciência, no Estado de direito, na sociedade, na economia, na diplomacia da paz, do desenvolvimento sustentável, da luta contra a pobreza, da ação climática, do respeito pelo direito internacional e os direitos humanos, do multilateralismo, do universalismo”.



Sessão evocativa do 50.º aniversário do 25 de abril (foto: Presidência da República)

Entrevista a José Lúcio

Nesta primeira edição do Portugal Diplomático, José Lúcio foi o primeiro convidado a ser entrevistado. Professor na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na Universidade NOVA de Lisboa e investigador no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS. NOVA), as suas áreas de investigação são a geopolítica, a geografia económica, a pobreza e o desenvolvimento.

Este mês celebraram-se os 75 anos da fundação da NATO. Tendo em conta a situação geopolítica atual, quais é que pensa serem os principais desafios que a NATO enfrenta?

A NATO aos 75 anos, de facto, o maior desafio que está a enfrentar é o revisionismo da Rússia. Ou seja, a Rússia tornou-se sobre a liderança do atual presidente, Vladimir Putin, uma potência revisionista e que desencadeou, em 2022, uma agressão injustificada a um país soberano, democrático, que é a Ucrânia. Após mais de dois anos desse conflito, que nada indica que vá parar, é nítido que a NATO, que foi sem dúvida criada pela grande preocupação de dar estabilidade num continente marcado por profundas rivalidades, conflitos e guerras, foi criada por um lado, para oferecer uma âncora de estabilidade e por outro, na altura em que foi criada, para ser um bloco que fizesse frente ao expansionismo soviético. Hoje, o primeiro grande desafio é, sem dúvida, o modo como se vai conter o perigo, ou ameaça, ditada pela potência revisionista que está a Leste, que é a Rússia. Esse é, de facto, o maior desafio que a NATO enfrenta, sendo que um sinal de resposta a este desafio consistiu na aceitação como membro de pleno direito da Suécia e da Finlândia.



Professor José Lúcio (foto: NOVA FCSH)

Após a guerra da Ucrânia, quais é que se serão os desafios futuros?

Após a guerra da Ucrânia, isso vai depender, e muito, do que for o resultado final dessa guerra, que ainda não é claro. Ou seja, a guerra tanto pode cair num impasse, com uma linha de frente relativamente estável, como pode ter um resultado que seja mais favorável às pretensões de soberania territorial da Ucrânia, como também

pode ser um resultado mais favorável à Rússia, com ganhos em termos práticos, mesmo que, talvez, não reconhecidos por tratado, com ganhos territoriais. Portanto, após o fim da guerra da Ucrânia, os desafios para a NATO também serão uma função, ou seja, se a Rússia tiver sucesso com esta ação, é claro que se pode colocar imediatamente a pergunta se irá ficar por aí ou se quererá mais. E se quererá mais, isso pode envolver o quê? Uma espécie de guerra híbrida, por exemplo, contra os Estados bálticos, combinando ciberataques e desestruturação? Pode, por exemplo, ter uma atitude mais agressiva, até do ponto de vista mais militar, relativamente à Geórgia ou ao Moldova? É outra hipótese. Isso determina que, se calhar, neste cenário que não se deseja, a NATO terá que reforçar o seu flanco a leste, tentando precaver-se para qualquer eventualidade. Se o resultado, for por hipótese, favorável à Ucrânia, penso que um dos desafios será, de facto, no médio prazo, estudar uma possível adesão da Ucrânia à NATO e ver como é que este país pode ser enquadrado na estrutura da NATO, ou seja, como é que esse processo pode ser feito de uma maneira que sirva os interesses, quer da Ucrânia, quer da NATO.

Um outro desafio que irá influenciar a futura discussão político-militar é a questão das astropolítica. De que forma é que a NATO e a União Europeia podem entrar nesse âmbito?

A questão do espaço é uma questão que tem vindo a assumir contornos cada vez mais importantes, ou seja, esta questão dos satélites, do espaço exterior, onde a China, por exemplo, tem ambições, a Rússia também tem ambições, e eu penso que aqui a palavra-chave é cooperação. Ou seja, note-se, que do ponto de vista estritamente civil, existe a Agência Espacial Europeia, existe a NASA, e, portanto, é evidente, que no quadro de aplicações mais na área da segurança e da defesa, eu penso que cooperação vai ser a palavra-chave, até porque, pelos próprios investimentos que a astropolítica, como refere, implicam e pela natureza, influência que estes sistemas de satélite têm na prevenção, no apoio aos sistemas de guiamento de armas, eu creio que a palavra-chave aqui terá que ser a cooperação, ainda que este é um domínio onde as questões de soberania nacional também costumam ter uma palavra a dizer. Mas eu penso que, no fundo, como vai sendo feito, será a questão da cooperação, porque, eu volto a dizer, não é apenas a Rússia, a China, a Índia, são nações que, legitimamente, têm ambições também a serem importantes atores no quadro do chamado espaço exterior.

Passando para Portugal, todos sabemos a nossa localização geográfica é de extrema relevância estratégica, mas como de que forma é que podemos aproveitar ao máximo essa mesma vantagem geográfica?

Por um lado, nós estamos muito a ocidente e estamos, naturalmente, mais longe da turbulência que se verifica no leste da Europa. Por outro lado, a nossa localização tem o vetor de Portugal continental e que está nas proximidades de uma área que é estratégica do ponto de vista de relacionamento e cooperação com o Norte de África, ou seja, aí nós temos uma proximidade geográfica que nos pode tornar, também, um ator importante na área da cooperação. E depois, claro, que temos a

questão dos Açores, que continua a ser um ativo geoestratégico que Portugal tem e que aliás continua a existir lá uma base, nas Lajes, na ilha Terceira, mas aí nós temos também, de facto, esse ativo geoestratégico que decorre da localização que é o arquipélago dos Açores, com o facto de estar situado no coração do Atlântico. A nossa localização tem estas vantagens. Por outro lado, do ponto de vista da nossa ligação e alianças, naturalmente, no quadro da NATO e do ponto de vista geoestratégico a nossa ligação com os Estados Unidos será sempre crucial.

A segurança e a defesa são dois tópicos que têm vindo a ganhar mais preponderância. Ainda em Portugal, surgiu muito recentemente na comunicação social o debate sobre a reintrodução do serviço militar. Pensa que essa é uma solução viável para a modernização das nossas Forças Armadas?

Aquilo que tem sido expresso pelas lideranças militares não vai no sentido de que se justifique a ter a conscrição, ou seja o serviço militar obrigatório. E eu também não creio que seja essa a solução, até porque nós não temos nem recursos humanos nem infraestruturas para, de repente, receber um influxo de jovens que estivessem sobre a alçada do serviço militar obrigatório. Eu creio que, para já, a questão dos recursos humanos nas nossas Forças Armadas passará, pelo curto e médio prazo, pela valorização das carreiras, pelas remunerações, pelo tornar mais aliciante uma carreira militar, isto por exemplo pode estar associado a uma estratégia que tem vindo a ser aplicada, mas que ainda tem muito para andar, que é a estratégia de modernização das nossas Forças Armadas nos seus três ramos. Não creio que para um país que em termos de localização não tem, que seja visível, uma ameaça existencial, eu não creio que a conscrição seja uma solução. Eu penso que o atrair jovens para as Forças Armadas e manter os jovens nas Forças Armadas passa por criar uma perspetiva de carreira diferente, passa por repensar as remunerações e passa pelas Forças Armadas terem e, no fundo, oferecerem também uma visão de modernidade, e por isso é que estou a dizer que este processo também envolve, naturalmente, um esforço continuado de modernização das Forças Armadas, que tornará, penso eu, mais atrativa a chamada carreira das armas.

Passando outra vez para o plano internacional, este ano, o relatório Liberdade no Mundo 2022 foi divulgado pela Freedom House, e os resultados mostraram que o número de autocracias ultrapassou, pela primeira vez, desde 1997, o número de democracias. Sendo 2024 considerado o ano de todas as eleições, o que é que este paradoxo entre um ano fundamental para a democracia, mas onde o número de autocracias é mais elevado, nos revela?

Aí provavelmente haverá mais do que uma razão, sendo que uma das possíveis explicações que se tem apontado é o retraimento dos Estados Unidos, portanto o facto de os EUA, a pouco e pouco, irem abandonando aquele papel de, como às vezes de dizia, de polícia do mundo. Um dos candidatos à presidência dos Estados Unidos, que é o Donald Trump, nitidamente, que tem uma visão de mero retraimento, de algum isolacionismo, enfim, quase como se fosse recuperar a velha doutrina Monroe, embora retirado de algo que tem 200 anos. E portanto há quem

associe esta diluição de uma autoridade com algum peso global ao surgimento desse movimento autocrático, que, por exemplo e, dramaticamente, é visível nalgumas partes de África com uma sucessão de golpes de Estado e a formação de governos autocráticos e, portanto, não democráticos. Esse risco existe e, em parte, será também explicado por isso, ou seja, com o facto de que essa diluição de poder da tal potência global que emergiu do fim da Guerra Fria, provavelmente estar a determinar outro tipo de desafios e de enquadramento de segurança e, portanto, a tendência para a autocracia poderá e advir daí.

Ainda a nível internacional, existe um outro tópico de extrema importância que são as alterações climáticas. Na sua opinião, que medidas é que os países deveriam adotar para combater e mitigar os efeitos das alterações climáticas?

Em primeiro lugar, acho que a palavra chave é investimento, ou seja, as chamadas tecnologias limpas, tecnologias menos agressoras é o caminho que se deve e que se tem trilhado. Há um caso interessante que é o transporte aéreo, que hoje a aviação civil tem os motores dos aviões bastante mais potentes do que eram e são muito menos ruidosos, são menos poluentes, portanto as tecnologias não param. Ou seja, todo este interesse que existe nas chamadas energias renováveis, em que Portugal, por exemplo, tem feito aquela aposta na eólica, na solar e temos também a questão da hidroeletricidade. Eu julgo que aqui, no caso das alterações climáticas, os dois vetores chaves, do ponto de vista internacional, é o investimento na ciência e na tecnologia, a sua ligação às atividades das empresas e depois a cooperação, sendo que a cooperação aqui deve ser vista a dois níveis: por um lado, a própria cooperação, em grandes projetos que possam beneficiar, até nem apenas os países signatários por exemplo de um projeto de cooperação, mas, no fundo, também outros, porque isto, muitas vezes, pode ter implicações positivas maiores do que as meras fronteiras nacionais dos Estados que se envolvam em parcerias no domínio da ciência e tecnologia associada às energias mais limpas e menos poluidoras e depois também, penso que deverá envolver a cooperação internacional, o que também vai sendo feito ao nível de organizações como a União Europeia, que tem sido muita ativa nesta área, fazendo e apoiando uma série de iniciativas de Estados nacionais no quadro da questão das alterações climáticas, que passam, de facto, bastante pelo tipo de tecnologias que são utilizadas. Basta ver, a título de exemplo, o efeito, interessante a nível de políticas públicas, no quadro dos transportes urbanos, em que se tem tentado privilegiar transportes como a ferrovia, por exemplo, tentando diminuir a utilização do automóvel particular. Depois há todo este debate, que é um debate interessante que se vai tendo, sobre a tração elétrica, que sim, mas que depois há outra questão que é, no fim de vida útil, o que é que se faz às baterias por exemplo, que é uma questão que já vai sendo falada, inclusive dados muito, muito recentes revelam que um certo encantamento pelos automóveis de tração elétrica parece estar a diminuir, ou seja, as vendas dos carros elétricos parecem não estar a ser aquele mar de rosas que se antevia ainda há algum tempo. Mas enfim, aqui temos uma série de iniciativas. Depois também, é preciso dar uma particular atenção ao apoio aos países em desenvolvimento no quadro de lhes facilitar a

sadoção a tecnologias menos poluidoras, mais amigas do ambiente, de maneira a que os Estados desenvolvidos, através de uma atitude positiva, deem apoio aos Estados em desenvolvimento. Aí tenho uma visão que isto passará muito por uma cooperação internacional.

Para concluir, o que é Portugal pode fazer neste caso específico?

Para começar nós temos que perceber que Portugal, enquanto país, não é propriamente um poluidor assim muito grande, uma vez que somos um país relativamente pequeno, não temos uma base industrial muito grande, mas o que podemos fazer, e que em parte tem vindo a ser feito, é no domínio da energia. Por exemplo no domínio das políticas de transportes públicos, isso também vindo a ser feito, e, naturalmente que à nossa escala nacional, a sensibilização tem tido bons resultados na população relativamente à questão ambiental, que até, por aquilo que eu conheço, tem tido sucesso a nível das escolas. Tem havido por parte das escolas uma atitude muito positiva relativamente a estas questões, ou seja, de trabalhar com crianças e adolescentes neste quadro, sensibilizando-os para a importância das questões ambientais. E depois, à nossa escala também, termos os investimentos em domínios, onde que, por um lado, possibilitem a utilização de tecnologias menos agressivas, mas também onde se possa ganhar do ponto de vista da ciência nacional e das tecnologias de origem nacional. Por exemplo nós temos o caso da EDP e das energias renováveis, onde aí nós podemos fazer algumas coisas, naturalmente que à nossa escala, sendo que de qualquer maneira, e volto a dizer, isto pode ser um incentivo à própria formação universitária nestes domínios e penso que também deve ser um incentivo às empresas no quadro da adoção de tecnologias mais limpas, embora, até pela nossa dimensão, eu penso que os ganhos maiores deverão ser sempre tidos em conta e enquadrados no quadro europeu. Penso que só temos a ganhar aí.

Notícias Internacionais

Suspensão das relações diplomáticas entre o México e o Equador

No dia 6, o Presidente do México ordenou a suspensão das relações diplomáticas com o Equador, após a invasão da polícia equatoriana à embaixada mexicana ocorrida no dia anterior. O principal objetivo desta invasão foi a detenção do antigo vice-presidente do Equador, Jorge Glas, acusado de desviar fundos públicos e de participar em crimes de corrupção. Horas antes do assalto à embaixada, Jorge Glas havia recebido asilo político, mas Quito afirmou que “não é legal conceder asilo a pessoas condenadas ou processadas por crimes comuns e por tribunais ordinários competentes”. Vários países condenaram o ato, incluindo Portugal, através de um comunicado publicado pelo MNE, afirmando que “viola claramente a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas e merece condenação”.



Entrada da polícia do Equador na embaixada do México (foto: Diário de Notícias)

Visita de Olaf Scholz à China

Durante uma visita oficial de três dias (14 a 16 de abril), o Chanceler alemão, Olaf Scholz, realizou uma visita oficial à China, marcada por temas como as relações económicas e a competitividade entre a Europa e a China ou a guerra na Ucrânia. O primeiro dia iniciou-se com uma visita a uma fábrica da empresa Bosch localizada na cidade de Chongqing. No segundo dia, Olaf Scholz visitou a Universidade de Tongji e o centro de inovação da empresa Covestro, focada em produtos sustentáveis, bem como participou numa reunião com a Câmara de Comércio Exterior. No último dia, o Chanceler deslocou-se a Pequim, onde se encontrou com o Presidente da China, Xi Jinping. Entre os assuntos discutidos entre os dois chefes de Estado, estiveram as relações económicas entre os dois países, a competitividade, a guerra na Ucrânia e as alterações climáticas.



Conversa entre Olaf Scholz e Xi Jinping
(foto: Bundesregierung)

www.portugaldiplomatico.wordpress.com